

POLPAR S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71

NIRE 35 3 0012252 6

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

- **Item 10 do Formulário de Referência - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia**
- **Proposta da Destinação do Lucro Líquido - anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09**
- **Proposta de Remuneração dos Administradores**

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazos, assim como acesso a diferentes fontes de financiamento.

Nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 227 mil, R\$ 393 mil e R\$ 2.119 mil.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentados no item 10.1."b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 6.015 mil, um decréscimo de 44,24% , ou R\$ 4.772 mil, em relação a 31 de dezembro de 2010, e decréscimo de 48,83% ou R\$ 5.740 mil em relação a 31 de dezembro de 2009. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos a valor de mercado, para atender as novas práticas contábeis vigentes.

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando que o perfil de endividamento da Companhia é com partes relacionadas e não representam exigibilidade com desembolso de recursos, a Diretoria acredita que a geração de caixa é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos, além de aportes de acionistas para necessidades eventuais. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui dívidas relevantes de qualquer natureza.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Juros sobre Capital Próprio a Receber- Os valores de juros sobre capital próprio a receber em 31 de dezembro de 2011 correspondem a R\$ 184 mil, sendo que em 31 de dezembro de 2010 corresponderam a R\$ 304 mil, e em 31 de dezembro de 2009 corresponderam a R\$ 428 mil.

Ativos financeiros disponíveis para venda- investimentos marcados a valor de mercado com saldo de R\$ 6.101 mil em 31 de dezembro de 2011, R\$ 13.380 mil em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 15.277 mil em 31 de dezembro de 2009.

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 227 mil, em comparação ao lucro de R\$ 393 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o decréscimo do resultado foi a apropriação de receita de juros sobre o capital próprio inferior ao exercício anterior.

O lucro apresentado em 31 de dezembro 2010 foi de R\$ 393 mil, em comparação ao lucro de R\$ 2.119 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o decréscimo do resultado naquele período foi o ajuste de avaliação patrimonial decorrente das novas práticas contábeis vigentes classificadas no resultado do exercício em 2009.

	Exercício findo em		
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	248	497	565
Despesas operacionais líquidas	(136)	(234)	(364)
Resultado financeiro, líquido	193	188	1.962
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(58)	(44)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(78)	-	-
Lucro líquido do exercício	227	393	2.119
Abertura dos juros sobre capital próprio por companhia			
Suzano Papel e Celulose S.A.	183	365	394
Suzano Holding S.A.	65	132	171
	248	497	565

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

NÃO APLICÁVEL.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

NÃO APLICÁVEL.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

NÃO APLICÁVEL. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

NÃO APLICÁVEL. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

NÃO APLICÁVEL. Não houve eventos de constituição, aquisição ou alienação de participações, ou quaisquer operações não usuais.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações contábeis da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, e aprovadas pela CVM para as demonstrações contábeis individuais, conforme o padrão contábil internacional ("IFRS").

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs.

Os balanços patrimoniais do exercício encerrado em 31 dezembro 2008, tomados como base para a transição para as regras do IFRS em 1º de janeiro de 2009, e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 estão sendo apresentados abaixo:

Balanco de Abertura em 1º de janeiro de 2009			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação Integral dos CPCs
Ativo			
Circulante	350	-	350
Não circulante	2.747	7.815	10.562
Realizável a longo prazo	1.553	-	1.553
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	1.194	7.815	9.009
Total do ativo	3.097	7.815	10.912
Passivo			
Circulante	13	-	13
Não circulante	1.458	2.657	4.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	2.657	2.657
Aiantamento recebido para futuro aumento de capital	1.458	-	1.458
Patrimônio líquido	1.626	5.158	6.784
Total do passivo	3.097	7.815	10.912

Balanco de Abertura em 31 de dezembro de 2009			
	De acordo com as práticas contábeis anteriores	Ajustes	Aplicação Integral dos CPCs
Ativo			
Circulante	610	-	610
Não circulante	2.885	14.083	16.968
Realizável a longo prazo	1.691	-	1.691
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	1.194	14.083	15.277
Total do ativo	3.495	14.083	17.578
Passivo			
Circulante	192	-	192
Não circulante	1.458	4.173	5.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.173	4.173
Aiantamento recebido para futuro aumento de capital	1.458	-	1.458
Patrimônio líquido	1.845	9.910	11.755
Total do passivo	3.495	14.083	17.578

(*) Os ativos financeiros foram classificados como disponíveis para venda e estão sendo registrados ao valor justo.

A principal alteração nas práticas contábeis promovidas pela aplicação inicial do CPC nº 37 (R1) e demais CPCs e interpretações, deve-se ao reconhecimento do valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com CPC nº 38.

Apresentamos a seguir as conciliações entre as práticas contábeis anteriormente adotadas com as novas práticas contábeis, dos saldos do patrimônio líquido e resultado:

	2009	01/01/2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores:	1.845	1.626
Efeitos decorrentes das novas práticas:	9.910	5.158
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros recebidos em operação de permuta	1.810	-
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	12.273	7.815
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.173)	(2.657)
Patrimônio líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis	11.755	6.784
	2009	
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores:	309	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.810	
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	2.119	

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores no período em questão.

10.5. Comentários dos diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A Administração da Companhia adota as melhores práticas contábeis recomendadas pelos órgãos competentes, é conservadora na avaliação de riscos e contingências, providenciando as correspondentes provisões, bem como detalhando nas demonstrações financeiras os riscos a que a Companhia está exposta nas esferas trabalhista, tributária e de negócios.

Não é do conhecimento da Administração nenhum fato ou contingência relevante que não tenha sido objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para auditar nossos resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, recorremos a auditorias internas e externas. Os serviços de auditoria externa são prestados pela empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., com a qual mantemos contrato desde 2004 e cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação. Dessa forma, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório e esta atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. A partir de 1º de janeiro de 2012 o serviço de auditoria independente será realizado pela KPMG Auditores Independentes.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Ponto Identificado:

Nenhum ponto relevante foi identificado e reportado pelos auditores externos.

Recomendação:

NÃO APLICÁVEL.

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

NÃO APLICÁVEL.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

NÃO APLICÁVEL.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

NÃO APLICÁVEL.

10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

NÃO APLICÁVEL.

b) Natureza e propósito da operação

NÃO APLICÁVEL.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

NÃO APLICÁVEL.

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

PARA FINS DO ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2011

1 – Lucro líquido do exercício – **R\$ 227 mil.**

2 – Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Dividendos	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Juros sobre capital próprio já declarados (bruto) Ações Ordinárias	2,65	196

3 – Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76: 91,16%.

4 – Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: **Não aplicável.**

5 – Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio: **Não houve proposta de pagamento de dividendos suplementares aos valores já creditados a título de juros sobre capital próprio, ora demonstrados no item 2.**

b) a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: **Não aplicável.**

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: **Não aplicável.**

6 – Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: **Os Juros sobre Capital Próprio (JSCP) declarados antecipadamente, conforme demonstrado no item 2, serão pagos integralmente até 31 de outubro de 2012, em data a ser definida na Assembleia Geral Ordinária.**

7 – Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

	2011	2010	2009	2008
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária (R\$):	3,07	5,31	28,64	(2,18)

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores:

	2010	2009	2008
Dividendos distribuídos por ação:			
Ação ordinária (R\$)	0,12	-	-
JSCP distribuídos por ação (bruto):			
Ação ordinária (R\$)	1,35	1,22	-

8 – Havendo destinação de lucros à Reserva Legal

a) Montante destinado à Reserva Legal: **R\$ 12 mil**

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: **5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.**

9 – Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: **Não aplicável.**

10 – Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: **O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê a quota necessária para pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da Lei e do estatuto, e, conforme o caso, as resoluções da Assembleia Geral.**

b) Informar se ele está sendo pago integralmente: **Os Juros sobre Capital Próprio (JSCP) declarados em 22/12/2011 serão pagos integralmente até 31 de outubro de 2012, em data a ser definida na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que apreciará as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.**

c) Informar o montante eventualmente retido: **Não aplicável.**

11 – Retenção de dividendo obrigatório: **Não aplicável.**

12 – Destinação de resultado para reserva de contingências: **Não aplicável.**

13 – Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: **Não aplicável.**

14 – Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas: **O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, Parágrafo Único a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.**

b) Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:

- Reserva para Futuro Aumento de Capital - **R\$ 17 mil.**

- Reserva Estatutária Especial - **R\$ 2 mil.**

c) Cálculo do montante das reservas estatutárias:

	<u>(R\$ mil)</u>
Lucro líquido do exercício	227
Reserva legal - 5%	(12)
Juros sobre capital próprio pagos	<u>(196)</u>
	19
Reservas estatutárias:	
- Reserva para futuro aumento de capital - 90%	17
- Reserva estatutária Especial - 10%	2

15 – Retenção de lucros prevista em orçamento de capital: **Não aplicável.**

16 – Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais: **Não aplicável.**

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA NSTRUÇÃO CVM nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não pagará qualquer remuneração aos administradores da Companhia, uma vez que sua remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Diretoria e/ou o Conselho de Administração.